

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE FERRER – PE
CONCURSO PUBLICO

15 QUESTÕES DE SAÚDE PÚBLICA

01- Observe as afirmações sobre o Sistema Único de Saúde na Lei 8080/90 e indique se é falsa (F) ou verdadeira (V):

- () A definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e fiscalização das ações e serviços de saúde cabe apenas à União e aos Estados.
- () A articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades: alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; Vigilância Sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.
- () A direção do Sistema Único de Saúde-SUS é única, sendo exercida em cada esfera de governo; necessária e exclusivamente pelos seguintes órgãos: no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde; no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e Município, pela respectiva secretaria estadual.
- () Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.
- () A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde-SUS em caráter complementar.

Indique a sequência CORRETA:

- A. F, V, F, V, V
- B. V, F, V, F, V
- C. F, V, F, V, F
- D. F, F, V, F, V
- E. V, V, V, V, V

02- Para aperfeiçoamento profissional, o Ministério da saúde atua em, EXCETO:

- A. Articulação entre ministérios da saúde e educação: ação intersetorial.
- B. Diretrizes curriculares nacionais para cursos de graduação.
- C. Criação da rede multicêntrica de apoio à saúde da família e comunidade.
- D. Apoio à residência médica em saúde da família e especificações médicas como cardiologia.
- E. Programa de residência multiprofissional.

03- Sobre a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde é INCORRETO afirmar:

- A. Conjunto de ações para gerar conhecimento em todos os campos do saber.
- B. Fundamento: busca de igualdade na saúde.
- C. Os indicadores mostram discriminação social na saúde pública e privada: qualidade e infra-estrutura sanitária.

- D. Objetivo: processos de absorção de conhecimento científico e tecnológico pelas indústrias, serviços de saúde e sociedade.
- E. Diretriz básica: prioridades de pesquisa.

04- Previa a formalização de convênios entre o então INAMPS e os estados, bem como acordos com os municípios dotados de conselho, plano e fundo de saúde, nos quais foram estimuladas as transferências de unidades do então INAMPS para as secretarias estaduais e municipais de saúde.

- A. NOB/90
- B. NOB/91
- C. NOB/93
- D. NOB/95
- E. NOB/96

05- Entre o ano de 2000 e 2008, no Nordeste, o número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos foi maior em:

- A. 2000
- B. 2002
- C. 2005
- D. 2007
- E. 2008

06- De acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, quatro serviços compõem a Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade, EXCETO:

- A. Serviço de Acolhimento Institucional (que poderá ser desenvolvido nas modalidades de abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem ou residência inclusiva).
- B. Serviço de Acolhimento em República.
- C. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
- D. Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergência.
- E. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi).

07- O Sistema de Planejamento do SUS – PlanejaSUS - observa cinco pontos prioritários de pactuação para o planejamento do SUS, que são, EXCETO:

- A. A “adoção das necessidades de saúde da população como critério para o processo de planejamento no âmbito do SUS”.
- B. A “integração dos instrumentos de planejamento, tanto no contexto de cada esfera de gestão, quanto do SUS como um todo”.
- C. A “institucionalização e o fortalecimento do PlanejaSUS, com adoção do processo de planejamento, neste incluído o monitoramento e a avaliação, como instrumento estratégico de gestão do SUS”.
- D. A “revisão e a adoção de um elenco de instrumentos de planejamento – tais como planos, relatórios e programações – a serem adotados pelas três esferas de gestão, com adequação dos instrumentos legais do

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE FERRER – PE
CONCURSO PUBLICO

SUS no tocante a este processo e instrumentos dele resultantes”.

- E. A “cooperação entre as duas esferas de gestão para o fortalecimento e a igualdade do processo de planejamento no SUS”.

08- Baseia-se no desenvolvimento de atividades que têm por objetivo aprofundar as análises de aspectos específicos do Sistema de Saúde do Distrito Sanitário, ou seja, é voltada para a avaliação quantitativa, inferindo, em algumas situações, a qualidade das ações de saúde do Distrito Sanitário.

- A. Auditoria analítica.
- B. Auditoria operacional.
- C. Auditoria literal.
- D. Auditoria introdutória.
- E. Nenhuma das alternativas acima.

09- Sobre ações de saúde é INCORRETO afirmar:

- A. Educação Popular em Saúde compreende ações de formação de conselheiros e lideranças sociais para o exercício do controle social em saúde.
- B. Promoção da Equidade são ações voltadas à mobilização, formação e ampliação do acesso à saúde de populações em situação de vulnerabilidade e risco à saúde, como a população negra, LGBT e população do campo e floresta.
- C. Fortalecimento das práticas de Gestão Participativa são ações de institucionalização de espaços de participação, desenvolvimento de mecanismos democráticos de gestão e formação de gestores para a gestão estratégica e participativa.
- D. Mobilização social em saúde compreende a realização de eventos e ações de conscientização e luta pelo direito universal à saúde.
- E. Produção de conhecimentos envolve pesquisas e publicações elaboradas com intuito de difundir e qualificar a gestão estratégica e participativa no SUS.

10- Entende-se por saúde do trabalhador, para fins legais, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo, EXCETO:

- A. Assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho.
- B. Participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde-SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho.
- C. Avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde.
- D. Participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas apenas.

- E. Revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais.

11- Ao tempo em que aperfeiçoa a gestão do SUS, a NOB/96 aponta para uma reordenação do modelo de atenção à saúde, na medida em que redefine, EXCETO:

- A. Os papéis de cada esfera de governo e, em especial, no tocante à direção única.
- B. Os instrumentos gerenciais para que apenas os municípios superem o papel exclusivo de prestadores de serviços e assumam seus respectivos papéis de gestores do SUS.
- C. Os mecanismos e fluxos de financiamento, reduzindo progressiva e continuamente a remuneração por produção de serviços e ampliando as transferências de caráter global, fundo a fundo, com base em programações ascendentes, pactuadas e integradas.
- D. A prática do acompanhamento, controle e avaliação no SUS, superando os mecanismos tradicionais, centrados no faturamento de serviços produzidos e valorizando os resultados advindos de programações com critérios epidemiológicos e desempenho com qualidade.
- E. Os vínculos dos serviços com os seus usuários, privilegiando os núcleos familiares e comunitários, criando, assim, condições para uma efetiva participação e controle social.

12- São critérios para a transferência de recursos, segundo a Lei 8080/90, EXCETO:

- A. Características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área.
- B. Desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior.
- C. Níveis de participação do setor Saúde nos orçamentos estaduais e municipais.
- D. Previsão do plano quinquenal de investimentos da rede.
- E. Contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento.

13- Os principais objetivos do processo de programação pactuada e integrada são, EXCETO:

- A. Buscar a equidade de acesso da população às ações e serviços de saúde em todos os níveis de complexidade.
- B. Orientar a alocação dos recursos financeiros de custeio da assistência à saúde.
- C. Definir que os limites financeiros para a assistência de média e alta complexidade de todos os municípios serão compostos por parcela destinada ao atendimento da população do próprio município em seu território e pelo dobro da parcela correspondente à programação das referências de outros municípios.
- D. Contribuir para a organização das redes regionalizadas e hierarquizadas de serviços de saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE FERRER – PE
CONCURSO PUBLICO

- E. Dar transparência aos Pactos Intergestores resultantes do processo da PPI da Assistência e assegurar que estejam explicitados no Termo de Compromisso para Garantia de Acesso.

14- É direito dos cidadãos ter atendimento resolutivo com qualidade, em função da natureza do agravo, com garantia de continuidade da atenção, sempre que necessário, tendo garantido o recebimento das receitas e prescrições terapêuticas, que devem conter, EXCETO:

- A. O nome genérico das substâncias prescritas.
- B. Clara indicação da posologia e dosagem.
- C. Textos sem códigos ou abreviaturas.
- D. O carimbo com nome legível do profissional e seu número de registro no órgão de controle e regulamentação da profissão além do CPF ou CNPJ.
- E. A assinatura do profissional e data.

15- Sobre o Sistema Único de Saúde é INCORRETO afirmar:

- A. A Constituição de 1988 garante a todos os brasileiros o direito à saúde.
- B. Nenhum hospital público ou conveniado ao SUS pode negar atendimento a uma pessoa, seja ela de qualquer classe social, cor, idade, religião ou lugar do país.
- C. O acesso às ações e serviços de saúde pública (mesmo em hospitais particulares prestadores de serviços contratados pelo SUS) é totalmente gratuito.
- D. O paciente (ou seu representante legal) tem direito a consentir ou recusar procedimentos, diagnósticos ou terapêuticos, mesmo em casos de iminente risco de morte, devendo o mesmo assumir um termo de responsabilidade.
- E. O paciente tem direito a um prontuário médico elaborado de forma legível e a consultá-lo quando tiver interesse, devendo o hospital facilitar esse acesso.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16- Segundo a Lei 8662/93, Art. 4º Constituem competências do Assistente Social, EXCETO:

- A. Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
- B. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.
- C. Decidir, em qualquer circunstância, levando em consideração sua experiência e capacidade profissional, o tempo a ser dedicado ao paciente, evitando que o acúmulo de encargos venha a prejudicá-lo.
- D. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

- E. Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

17- Art. 16. Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) aplicarão as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos da Lei 8662/93:

- A. Multa no valor de uma a três vezes a anuidade vigente; Suspensão de seis meses a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social, Cancelamento definitivo do registro. No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.
- B. Multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente; Suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social, Cancelamento definitivo do registro. No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível poderá ser elevada ao triplo.
- C. Multa no valor de uma a três vezes a anuidade vigente; Suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social, Cancelamento definitivo do registro. No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível poderá ser elevada ao triplo.
- D. Multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente; Suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social, Cancelamento definitivo do registro. No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.
- E. Multa no valor de uma a seis vezes a anuidade vigente; Suspensão de seis meses a um ano de exercício da profissão ao Assistente Social, Cancelamento definitivo do registro. No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

18- Sobre moral é INCORRETO afirmar:

- A. A moral origina-se do desenvolvimento da sociabilidade; não responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, ela é integral, tendo em vista a socialização e a convivência social.
- B. O senso moral ou moralidade é uma medida para julgar se os indivíduos estão socializados.
- C. Ontologicamente considerada, a moral é uma relação entre o indivíduo singular e as exigências genérico-sociais.
- D. Considerada em seus fundamentos ontológicos, a moral é parte da práxis interativa. Sob esta perspectiva, contém uma série de potencialidades emancipadoras.
- E. A moral é parte fundamental da vida cotidiana. É preciso distinguir consciência e subjetividade no âmbito da cotidianidade, os valores morais tendem a ser interiorizados acriticamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE FERRER – PE
CONCURSO PUBLICO

19- De acordo com a Lei nº8742/93, Art. 2º A assistência social tem por objetivo a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente, EXCETO:

- A. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- B. O amparo às crianças e aos adolescentes gestantes.
- C. A promoção da integração ao mercado de trabalho.
- D. A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- E. A garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

20- A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o:

- A. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- B. Ministério da Saúde.
- C. Ministério do Trabalho.
- D. Ministério do Controle Social.
- E. Ministério Público da União.

21- De acordo com a Lei nº8742/93, Art. 13. Compete aos Estados, EXCETO:

- A. Cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local.
- B. Atender, em conjunto com os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.
- C. Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
- D. Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
- E. Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento.

22- Sobre o serviço social nos anos 60 é INCORRETO afirmar:

- A. Expansão do capitalismo mundial, imposição à América Latina de um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado.
- B. O serviço social assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao serviço social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global.
- C. Construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas.
- D. Interloquções com o marxismo no serviço social Latino-americano (processo tortuoso).

E. Projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional.

23- No Brasil destacam-se quatro grandes planos de enfrentamento de violências, definidos após ampla discussão da sociedade civil com o setor governamental, são eles, EXCETO:

- A. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil – SEDH/PR (2007).
- B. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e/ou Doméstica contra Mulheres – SEPM/PR (2008).
- C. Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra Pessoas Idosas – SEDH/PR (2008).
- D. Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas – Ministério da Justiça (2008).
- E. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual a Parturientes.

24- Através da proteção social a Assistência social direciona o desenvolvimento humano e social e direitos de cidadania garantindo, EXCETO:

- A. A segurança da acolhida, através de ofertas públicas de espaços e serviços para a realização das atenções de proteção social básica, em especial as condições de recepção, escuta profissional qualificada, referência, concessão de benefícios, de aquisições materiais, sociais e sócio educativas.
- B. A segurança social de renda, através de concessão de bolsas-auxílios alimentar, com determinadas condicionalidades, concessão de benefícios continuados para cidadãos incluídos no sistema contributivo de proteção social que apresentem vulnerabilidades.
- C. A segurança do convívio familiar, comunitário e social, garantindo a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento, exercício capacitador e qualificador do vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.
- D. A segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social e a conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade nos laços sociais;
- E. A segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais, exigindo a oferta de benefícios eventuais para famílias, seus membros e indivíduos.

25- A Lei Nº 10.741/03 garante os direitos dos(as) cidadãos(ãs) acima dos 60 anos de idade. Sobre a mesma é INCORRETO afirmar:

- A. É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE FERRER – PE
CONCURSO PUBLICO

- B. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.
- C. É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- D. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito do Ministério da Saúde articulado a serviços de transferência de renda.
- E. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

26- De acordo com a LEI N. 8.212/91, A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes, EXCETO:

- A. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- B. Previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.
- C. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- D. Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- E. Diversidade da base de financiamento.

27- Segundo a Lei 8069/90, Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a, EXCETO:

- A. Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
- B. Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e da impressão digital da mãe, se possível, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
- C. Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
- D. Fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- E. Manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

28- Quanto à Lei 8069/90 e à família substituta, Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei e tratando-se de maior de _____, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

A alternativa que preenche corretamente a lacuna é:

- A. 5 anos de idade.
- B. 6 anos de idade.
- C. 8 anos de idade.
- D. 10 anos de idade.
- E. 12 anos de idade.

29- De acordo com o Decreto N°914/93, Art. 5° - São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, EXCETO:

- A. Estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência.
- B. Adotar estratégias de articulação com órgãos públicos apenas, bem como com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta política.
- C. Incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas, as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, à edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer.
- D. Viabilizar a participação das pessoas portadoras de deficiência em todas as fases de implementação desta política, por intermédio de suas entidades representativas.
- E. Ampliar as alternativas de absorção econômica das pessoas portadoras de deficiência.

30- O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) garante a transferência mensal de:

- A. 1 salário mínimo vigente ao idoso.
- B. 2 salários mínimos vigentes ao idoso.
- C. 1 mais um terço salário mínimo vigente ao idoso.
- D. Salário proporcional ao per capita da família do idoso.
- E. 1 e meio salário mínimo vigente ao idoso.

31- Segundo a Lei 10.098/00 é INCORRETO afirmar:

- A. O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- B. As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- C. Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 10% (dez por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE FERRER – PE
CONCURSO PUBLICO

- D. O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- E. Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

32- As Condicionais são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de _____ da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, _____.

- A. 85% e 75% respectivamente.
- B. 75% e 65% respectivamente.
- C. 90% e 85% respectivamente.
- D. 95% e 65% respectivamente.
- E. 75% e 85% respectivamente.

33- O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até:

- A. 18 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 16 anos.
- B. 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.
- C. 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 12 anos.
- D. 18 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 12 anos.
- E. 18 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

34- Sobre política pública é INCORRETO afirmar:

- A. É um conjunto articulado de decisões orientadas para a resolução de um problema ou para a realização de um objetivo considerado de interesse público.
- B. As políticas públicas são desenvolvidas por instituições governamentais ou não-governamentais (ONG) e seus responsáveis por meio de processos políticos.
- C. Sua implementação pode ou não envolver organizações da sociedade, empresas etc.
- D. As políticas públicas envolvem não somente a decisão de elaboração legal, mas os atos subsequentes relacionados à implementação, interpretação e cumprimento da lei.

- E. As políticas públicas são acompanhadas de qualificadores: política pública educacional, de saúde, econômica, tributária, etc.

35- Sobre o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, Art. 5º - São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários, EXCETO:

- A. Dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional; Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
- B. Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- C. Informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos.
- D. Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.
- E. Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

36- De acordo com o conceito abaixo, qual é o ramo da disciplina que se relaciona desta forma com a qualidade de vida?

“Juntamente com a filosofia, demonstra a influência das atitudes internas e perspectiva de vida de cada pessoa e seu trabalho e a importância do significado intrínseco das necessidades individuais para seu envolvimento com o trabalho”.

Esta frase refere-se a:

- A. Sociologia
- B. Ergonomia
- C. Saúde
- D. Psicologia
- E. Geriatria

37- Sobre projetos sociais é INCORRETO afirmar:

- A. Projetos são ferramentas de ação que delimitam uma intervenção quanto aos objetivos, metas, formas de atuação, prazos, responsabilidades e avaliação.
- B. Projetos sociais são uma forma de organizar ações para transformar determinada realidade social ou alguma instituição.
- C. São alguns dos requisitos para um projeto social: pessoas com vocação; boa articulação social e política; visibilidade e sustentabilidade e transparência.
- D. É importante haver um equilíbrio entre captação de recursos financeiros e articulação de parcerias em torno do projeto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE FERRER – PE
CONCURSO PUBLICO

- E. Um bom projeto deve ter começo, meio e fim; ser claro, objetivo e conciso/ ter a participação dos dois setores (público e 3º setor), ser autossustentável; ter orçamento real.

38- Sobre cidadania é INCORRETO afirmar:

- A. A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente ou inativamente da vida e do governo de seu povo.
- B. No Brasil, os primeiros esforços para a conquista e estabelecimento dos direitos humanos e da cidadania confundem-se com os movimentos patrióticos reivindicativos de liberdade para o País, a exemplo da inconfidência mineira, canudos e outros.
- C. A partir da Constituição de 1988, novos instrumentos foram colocados à disposição daqueles que lutam por um País cidadão. Enquanto consumidor, o brasileiro ganhou uma lei em sua defesa – o CDC; temos um novo Código de Trânsito; um novo Código Civil. Novas ONGs que desenvolvem funções importantíssimas, como defesa do meio ambiente.
- D. O cidadão tem de ser cômico das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição.
- E. Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Mas este é um dos lados da moeda. Cidadania pressupõe também deveres.

39- De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos é INCORRETO afirmar:

- A. Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- B. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- C. Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
- D. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro e fora das fronteiras de cada Estado.
- E. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

40- “No Brasil a origem da profissão está indissoluvelmente ligada a ação da Igreja e a sua estratégia de adequação às mudanças econômicas e práticas que alteravam a face do país naquele período” (Castro, 1993: p.104)

Inicialmente a prática do serviço social foi orientada pela influência conservadora da moral religiosa, pelas tendências teóricas inspiradas em traços do:

- A. Neoliberalismo
- B. Marxismo
- C. Feudalismo
- D. Socialismo
- E. Positivismo-funcionalismo